

PLATÃO HOJE

André Leclerc*

Resumo:

Nosso objetivo é identificar, na filosofia de nosso século, o que há de tipicamente platonista. Para tanto, eu dou uma definição do platonismo como uma tese ontológica e gnoseológica, que reconhece a existência de entidades não sensíveis, que não podem ser tocadas, nem vistas, nem ouvidas, etc, mas que só podem ser conhecidas graças a uma intuição de um tipo um pouco especial, que certos filósofos de nosso século, como Husserl, chamaram de “intuição categorial”, ou “intuição das essências”. Depois, eu faço um sobrevôo, começando pela filosofia da matemática, principalmente a de Frege, em seguida, examino a filosofia da linguagem e da lógica, a ontologia (principalmente a “teoria dos objetos” de Meinong) e a epistemologia (sobretudo, o “objetivismo” de Popper). Por fim, eu examino o programa naturalista e sua significação para a ética, mostrando que nada impede, ainda hoje, de sustentar as idéias de Platão em diversos campos da Filosofia.

É sempre um desafio falar sobre Platão e suas doutrinas. A razão para isso é muito simples: nem o jovem Sócrates, nem o velho Sócrates, nem o Estrangeiro de Eléia, representam a doutrina do “divino Platão”. Pretender o contrário seria como acreditar que Hamlet representa com toda precisão o pensamento trágico de Shakespeare. O que Platão contava a seus alunos preferidos e escolhidos, ninguém sabe com certeza. Ninguém. Trabalho de interpretação¹, de reconstrução hipotética. E que trabalho! Francamente, acho melhor deixar isso para os espe-

* Doutor em Filosofia, professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB.

¹ Ver, por exemplo, Giovanni Reale, *Para Uma Nova Interpretação de Platão*, São Paulo, Edições Loyola, 1997.

cialistas da Grécia antiga. Minha tarefa será um pouco mais modesta : determinar o que há de platonista no filosofar de nosso século. Ou melhor : o que a tradição filosófica ocidental identifica como tipicamente platonista nas discussões filosóficas de hoje? Eis a minha pergunta. E a resposta, se eu não estiver errado na minha avaliação, será mais uma vez um forte motivo de admiração pelo verdadeiro fundador daquela tradição filosófica ocidental : mesmo depois de dois milênios e meio, Platão, longe de estar ultrapassado, está ainda no centro de muitas de nossas discussões filosóficas.

O platonismo se manifesta em quase todas as disciplinas filosóficas tradicionais: na Teoria do Conhecimento, na Filosofia da Matemática, na Filosofia da Lógica, na Filosofia da Linguagem, na Ética e, antes de mais nada, na Ontologia. O que dá uma certa coerência ao platonismo nestes diversos campos é justamente uma tese ontológica e gnoseológica que podemos formular da maneira seguinte:

Existem coisas que não são objetos de nenhuma experiência sensível possível, e que não são elas mesmas experiências; essas coisas não podem ser vistas, tocadas, ouvidas, cheiradas ou degustadas; além do mais, essas coisas só podem ser apreendidas pelo intelecto, só podem ser conhecidas por uma intuição de um tipo um pouco especial. ²

Vamos sobrevoar a filosofia contemporânea, de G. Frege até hoje, a procura das manifestações do platonismo (i. é o que a tradição considera como platonista). E como o platonismo sempre foi ligado a matemática e as ciências formais, vamos iniciar esse sobrevôo com a filosofia da matemática de Gotlob Frege. A minha exposição será a mais simples possível; portanto, pode entrar na discussão qualquer pessoa, mesmo se não for geômetra...

²Ver Geoffrey Hunter, "Platonist Manifesto", *Philosophy*, 69 1994, p. 151, para uma formulação equivalente.

1) Filosofia da matemática

Em 1884, *Os Fundamentos da Aritmética* de Gotlob Frege foram publicados em Breslau. Foi um acontecimento, não só para a história da matemática, mas para o pensamento científico e filosófico em geral. Infelizmente, o autor recebeu quase todo o crédito para seu trabalho só depois da morte. Hoje em dia, Frege é considerado como o Descartes de nosso século, verdadeiro iniciador de uma revolução científica e filosófica. Ele criou sozinho a Nova Lógica, a Lógica Matemática, chamada hoje de “lógica clássica” (Cálculo proposicional e Cálculo dos predicados), que se tornou o *Novum Organum* dos filósofos analíticos deste século, e ele é considerado como o pai da Filosofia da Linguagem contemporânea e também da Filosofia Analítica. E como se todo isso não fosse suficiente para assegurar sua fama, a obra acima mencionada, *Os Fundamentos da Aritmética*, apresenta a primeira análise essencialmente correta da noção de número cardinal.

Frege era um platonista; e seu platonismo começa de se manifestar justamente nos *Fundamentos* com a sua análise da noção de número. Para ele, os números cardinais, os números que respondem à pergunta “Quanto?”, são “objetos independentes”. Atribuir um número, é dizer alguma coisa acerca de um conceito. A atribuição de um número envolve sempre uma asserção sobre um conceito. O enunciado seguinte: “Quatro cavalos puxam a carroça do Imperador” quer dizer o mesmo que “O número quatro pertence ao conceito *cavalos puxando a carroça do Imperador*”. Numa outra formulação equivalente, podemos dizer que “Quatro é — no sentido da identidade — o número que pertence ao conceito *cavalos puxando a carroça do imperador*”, uma outra maneira de dizer: a palavra “quatro” e a expressão “número dos cavalos puxando a carroça do Imperador” designam o mesmo objeto. Podemos dizer também que o número que pertence ao conceito *luas de Júpiter* é o mesmo que pertence ao conceito *cavalos puxando a carroça do Imperador* que, por sua vez, é o mesmo que o número que pertence ao conceito, digamos, *mosqueteiros mais famosos do romance de Alexandre Dumas*, etc. Todos esses conceitos são *equinumericos*, i. é, existe uma correspondência um-um entre os objetos subsumidos pelo primeiro conceito

(i. é a extensão do conceito) e os objetos subsumidos pelo segundo e também os objetos do terceiro, etc. Afinal, o que é o número quatro? A famosa resposta de Frege é: a extensão do conceito *equinúmero ao conceito luas de Júpiter*, por exemplo (qualquer conceito equinúmero a esse conceito pode servir). E a definição geral do número cardinal é: “O número que pertence ao conceito F é a extensão do conceito: ‘equinúmero ao conceito F’”³. Noutras palavras, quando existe uma bijeção entre os objetos subsumidos pelo conceito F e os objetos subsumidos pelo conceito G, F e G têm o mesmo número cardinal, eles são equinúmeros. Um número cardinal, portanto, é o que têm em comum todos os conceitos cujas extensões são equinúmericas.

Mas assim concebido, fica difícil construir uma representação mental independente dos números, poderia objetar um psicologista querendo reduzir as sublimes construções do matemático aos processos psicológicos ocorrendo na cabeça da gente. Aqui, a resposta do Frege manifesta plenamente seu platonismo:

Não se pode oferecer nenhuma representação do número, nem como um objeto independente, nem como uma propriedade das coisas externas, porque o número não é nem um ser sensível, nem uma propriedade das coisas externas. O que é particularmente claro no caso do número 0. Alguém procuraria em vão uma representação mental de 0 estrelas visíveis.⁴

Depois disso ele pergunta: mas onde está o número 4? Resposta: “Nem fora, nem dentro de nós”. Uma determinação espacial do número 4 não tem sentido algum. Mas do fato de que 4 não é um objeto espacial, não segue que 4 não seja um objeto. “Não é verdade, diz Frege, que todo objeto esteja em algum lugar”⁵. Ademais, “a verdade de uma

³G. Frege, *Les Fondements de l'Arithmétique*, Paris, Ed. du Seuil, 1969, p. 194. Trad. minha.

⁴Ibid., p. 185. Trad. minha. Frege define o número 0 como a extensão do conceito *não idêntico a si mesmo*.

⁵Ibid., p. 187. Trad. minha.

proposição [aritmética] não reside no fato dela ser pensada”⁶. Para um platonista (ou realista), existe um domínio de objetos matemáticos, conceitos, funções, estruturas, etc., que os matemáticos descobrem, e não constróem ou inventam.

Os Fundamentos da Aritmética de Frege foram publicados um ano depois do famoso ensaio de Cantor no qual ele introduziu os números cardinais infinitos, \aleph_0 e \aleph_1 .⁷ Frege concorda plenamente com Cantor : nós devemos conceder a existência, não só aos números finitos mas também aos infinitos (ou transfinitos). E isso satisfaz todas as suas definições. O número cardinal que pertence ao conceito *número cardinal finito* é um número cardinal infinito (\aleph_0). Admitir o infinito atual, admitir a existência de conjuntos infinitos de diversos tamanhos dá ao platonismo matemático um aspecto ainda mais radical que os matemáticos intuicionistas, seguidores do famoso Brouwer, nunca aceitaram. Para um platonista, não tem problema em aceitar o *terceiro excluído* em relação aos conjuntos infinitos. Assim, para todos os números naturais, si P é um predicado de tais números, ou bem P é verdadeiro de todos os naturais, ou bem existe pelo menos uma exceção, *tertium non datur*. Uma proposição desta forma não pode ser demonstrada; ela só pode ser falsificada, se você tiver a chance um dia de encontrar um número n que não satisfaz o predicado P . Mas para um platonista, necessariamente, ela é verdadeira ou falsa. Tomemos por exemplo a famosa conjectura de Golbach : “todo número par superior a 2 é a soma de dois números primos”. Para um platonista, esse enunciado tem um sentido bem determinado, e ele é necessariamente verdadeiro ou falso. Mas é claro que ninguém nunca verificou isso. Para os intuicionistas, os inimigos dos platonistas, esse enunciado nem tem um sentido bem determinado, e de qualquer maneira, não é susceptível de uma prova *construtiva*, a ser realizada num número finito de etapas e usando só procedimentos finitários. Mas o rigorismo dos intuicionistas tem uma grave consequência: eles conseguem reconstruir, com o método intuicionista que autoriza somente procedimentos finitários e efetivamente construtivos, só uma parte

⁶ Ibid., p. 203. Trad. minha.

⁷ G. Cantor, *Grundlagen einer allgemeinen Mannichfaltigkeitslehre*, Leipzig, 1883.

da matemática clássica. Os platonistas, que aceitam sem restrição o terceiro excluído, a lei da dupla negação e as provas por redução ao absurdo, não têm esse problema.

Os platonistas foram e ainda são numerosos na matemática. Além de Frege, também encontramos B. Russell, e o famoso Kurt Gödel. O filósofo e matemático Paul Bernays acreditava que as duas tendências em conflito da matemática atual, a platonista e a intuicionista, eram, na verdade, necessárias e complementares.⁸

2) Filosofia da Linguagem e da Lógica

Na *República* (596a) Platão afirma que a cada predicado corresponde um único conceito que, é claro, não é uma coisa sensível. E no *Parmênides* (135b-c), ele indica claramente que a existência das formas (ou dos conceitos, ou dos sentidos das palavras) é uma condição necessária para dar conta da simples capacidade de comunicar.

Para Frege, o fundador da filosofia contemporânea da linguagem, o sentido das palavras é algo objetivo que não deve ser confundido com as nossas representações mentais. Já vimos isso no caso dos números. No vocabulário de Frege, uma expressão lingüística *expressa* seu sentido e *denota* sua denotação. E é sempre o sentido que determina a denotação. Certas expressões têm um sentido mas nenhuma denotação, como “o irmão gêmeo de Napoleão” que tem um sentido e nenhuma denotação, mas uma expressão provida de uma denotação *sempre* tem um sentido segundo Frege (e também Kant). O sentido é algo objetivo, porque diversas pessoas têm acesso ao mesmo sentido. Todos os geômetras de todos os tempos entenderam o mesmo sentido diante da sentença: “O quadrado da hipotenusa de um triângulo retângulo é igual a soma do quadrado dos catetos”. Se a proposição (i. é, o pensamento ou

⁸Ver Paul Bernays, “On Platonism in Mathematics”, in P. Benacerraf e H. Putnam (orgs.) *Philosophy of Mathematics*, Cambridge, C.U.P., 1983, p. 269. Não vou examinar aqui a questão das definições impredicativas e dos paradoxos que elas geram na matemática clássica. Sobre o intuicionismo, ver também de S. Körner, *Uma Introdução à Filosofia da Matemática*, trad. A. Oliva, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, capítulos VI e VII.

o sentido) que expressa essa sentença não fosse a mesma para todo o mundo, nem a comunicação científica, nem o progresso científico, seriam possíveis. Mas isso vale também para a comunicação ordinária, como Platão e Frege o fizeram observar. Por isso, o sentido não deve ser confundido com as representações mentais ou imagens mentais que surgem na mente ao ouvir uma palavra ou uma sentença. Essas imagens são eventos mentais privados e incomunicáveis. O sentido, segundo Frege, é acessível a qualquer pessoa que conhece a língua e suas convenções. O sentido não existe em nossos cérebros ou em nossas mentes; ele é apreendido através de certos atos de nossa mente, mas ele mesmo não tem nada de psicológico e não se reduz a qualquer processo psicológico.

Assim, como os números, os sentidos das expressões lingüísticas *são* objetos existindo independentemente de nossas representações. Na doutrina tipicamente platonista de Frege, cada expressão referencial tem um sentido, e esse sentido *é* um objeto que pode ser a referência de uma outra expressão. Assim, por exemplo, a expressão “o criador da Nova Lógica” tem um sentido que é um objeto diferente do Frege que é a referência da expressão; portanto, eu posso criar uma expressão que terá como referência o sentido da expressão precedente, e essa expressão é: “o sentido da expressão ‘o criador da Nova Lógica’”. De novo, essa expressão é referencial; portanto, ela tem um sentido, e posso de novo criar uma expressão para referir ao sentido da expressão precedente: “o sentido da expressão ‘o sentido da expressão <<o criador da Nova Lógica>>’”, etc, etc. Existe assim uma hierarquia infinita de sentidos indiretos.⁹ E nossa ontologia deve ser generosa o suficiente para acolher todos esses objetos, e também todas as propriedades de objetos e todas as relações entre objetos, e todas as proposições (como sentidos das sentenças declarativas e das sentenças interrogativas completas). A semântica lógica dos filósofos (pelo menos de muitos filósofos) parece

⁹Ver Terence D. Parsons, “Frege’s Hierarchies of Indirect Senses and the Paradox of Analysis”, in *Midwest Studies in Philosophy*, Volume VI: *The Foundations of Analytic Philosophy*, Minnesota, University of Minnesota Press, 1981. No entanto, a posição de Frege leva a um paradoxo; com efeito, para ele, existe uma distinção fundamental entre conceitos e objetos; ora, a expressão “o conceito *cavalo*” deveria denotar um objeto; portanto, temos de concluir que o conceito *cavalo* não é um conceito...

requerer essas entidades. Ser platonista sempre quis dizer: aceitar uma ontologia um tanto exuberante. É claro que os nominalistas de nosso século, como Nelson Goodman, e certos empiristas radicais como Willard v. O. Quine, tentaram freiar um pouco essa tendência a reificação que reaparece sempre na história da filosofia, e que ninguém consegue extirpar.

As posições de Frege em Filosofia da Linguagem e da Lógica foram retomadas defendidas e fortalecidas por E. Husserl nas suas *Investigações Lógicas* de 1900-1901; e aí, Husserl vai desenvolver a idéia tipicamente platonista de uma intuição categorial ou intuição das essências, ao lado de uma intuição sensível, a única que Kant reconhecia. Russell também reconhecia (durante um certo período de seu desenvolvimento filosófico) um *knowledge by acquaintance* (conhecimento por familiaridade) dos objetos lógicos e dos universais. Mais perto de nós, G. Hunter defende ainda o platonismo em filosofia da lógica, e aqui, no Brasil, podemos mencionar O. Chateaubriand.

3) Ontologia e teoria do conhecimento

O platonismo, como eu o entendo, é basicamente uma postura ontológica e gnoseológica: existem objetos que não são acessíveis aos sentidos mas que podem ser conhecidos através de uma forma de intuição um pouco especial que Husserl, por exemplo, chamava de “intuição das essências” (*Wesensschau*). É o que essa intuição atinge tem uma existência independente e diferente da existência das coisas ordinárias e atuais suscetíveis de entrar em relações causais. A. von Meinong, um dos alunos mais famosos de Brentano, lutou contra o que ele chamava de *preconceito a favor do atual*. Nem tudo o que existe é atual, existe no espaço e no tempo, e pode se tornar a causa ou o efeito de uma outra coisa (ou de um outro evento). Para Meinong, a totalidade do que existe, existiu e existirá, é infinitamente pequena em comparação com a totalidade dos objetos do conhecimento. Os objetos ideais, propriedades de objetos e relações entre objetos, as formas geométricas, etc., são exem-

plos disso. Meinong vai mais longe, reformulando o problema platônico do Ser do Não-Ser presente no *Sofista* : podemos formar proposições ou juízos verdadeiros acerca de estados de coisas simplesmente possíveis (por exemplo : “Que o Quebec seja politicamente independente não é um estado de coisas ainda realizado”), e até acerca de coisas impossíveis (“Um círculo quadrado é algo que não existe”). Portanto, devemos reconhecer, senão a existência, pelo menos a “subsistência” (*Verstehen*) ou uma forma de *Ser*, mesmo a objetos impossíveis, como círculos quadrados...

O problema de Platão, no *Sofista*, traduzido em termos contemporâneos, corresponde exatamente ao *problema das sentenças existenciais negativas e verdadeiras*, um problema que surge quando os filósofos decidem de tratar a existência como um predicado (o que Kant e Carnap não aceitaram, com boas razões)¹⁰. Sentenças como :

“Uma canção de madeira não existe”, ou “Um círculo quadrado não existe”, etc,

criam uma impressão estranha : de um lado, a expressão que tem a função de sujeito gramatical parece introduzir algo no discurso, enquanto o resto da frase nega sua existência ... Parece que essas frases não podem ter um valor de verdade se o sujeito gramatical não denota nada — o que corresponde à análise de Frege e Strawson —, ou elas são falsas — análise de Russell; ora, intuitivamente, essas sentenças são verdadeiras. Portanto, temos que reconhecer um status ontológico às pretensas entidades aparentemente denotadas pela expressão sujeito, i. é: às canções de madeira e aos círculos quadrados...

¹⁰Sobre esse problema, ver A. Plantinga, *The Nature of Necessity*, Oxford, Clarendon Press, 1974, caps. VII e VIII. Também, M. Sainsbury, *Logical Forms. An Introduction to Philosophical Logic*, Oxford, Blackwell, 1991, cap. 4, sec. 11. O famoso texto de Meinong encontra-se em trad. ingl., “The Theory of Objects”, in R.M. Chisholm (org.), *Realism and the Background of Phenomenology*, Glencoe, Ill., Free Press, 1960.

A maioria dos filósofos, hoje, rejeita a teoria de Meinong e seu platonismo exuberante, em favor de uma análise *à la* Russell (teoria das descrições definidas), e não tratam mais a existência como um predicado. Mas é bom se lembrar que mesmo hoje, não existe nenhum argumento *knock down* contra Meinong.

Uma outra forma de platonismo ligada à epistemologia é o objetivismo, bem representado pela doutrina popperiana do Terceiro Mundo. As teorias científicas são objetos para nossas atitudes cognitivas (como a crença ou a dúvida). Elas podem ser ensinadas e transmitidas de geração em geração e, portanto, a caracterização delas, enquanto objeto, não depende de uma descrição dos processos psicológicos dos pesquisadores envolvidos, nem de uma descrição *externalista*, histórica ou sociológica, da vida das instituições e comunidades científicas. Essa é a posição de Popper, e também de Lakatos. Popper herdou a sua doutrina do Terceiro Mundo da tradição de Bolzano e Frege. Assim, por exemplo, as teorias da física são acerca do Primeiro Mundo, o mundo dos objetos e processos físicos; elas são apreendidas através de atos e processos psicológicos do Segundo Mundo, mas elas subsistem no Terceiro Mundo, o mundo das idealidades, como as proposições, os números, as teorias, as hipóteses, etc. De fato, existem objetivamente relações de consequência lógica dentro de uma teoria que os próprios criadores da teoria nem sempre percebem. Aconteceu com a teoria do eletromagnetismo de James Clerck Maxwell; Hertz percebeu uma consequência da teoria de Maxwell que esse último nunca percebeu. O resultado foi a descoberta de ondas de rádio, uma descoberta que mudou completamente nossas vidas. Essa relação de consequência estava lá o tempo todo, mas é Hertz que a percebeu em primeiro, não Maxwell.

No entanto, o objetivismo tradicional apresenta uma visão somente estática das teorias; ele enfoca somente a *lógica da justificação* e as *questões internas*. Hoje em dia, a Filosofia da Ciência não vai em lugar nenhum sem a História das Ciências, que pesquisa a dinâmica do desenvolvimento do saber científico. Como Lakatos já disse, parafrase-

ando Kant: “A Filosofia das Ciências sem a História das Ciências é vazia, e a História das Ciências sem a Filosofia das Ciências é cega”.¹¹

4) Conclusão. Platonismo e Ética: a Questão do Naturalismo

O Naturalismo é certamente, hoje em dia, o pior inimigo do Platonismo. O sucesso e o prestígio das ciências naturais explicam a sedução do programa naturalista, cujo objetivo é descrever os seres humanos como seres naturais e materiais de a até z, o que pressupõe, em particular, uma naturalização da intencionalidade e dos estados mentais providos de conteúdo. Para o naturalista puro e duro, tudo o que existe é ou físico ou bem psicológico. Portanto, as únicas verdades são verdades físicas ou psicológicas. Portanto, não existe nenhuma verdade *normativa*.

O platonismo na ética não se deu bem em nosso século. A idéia de que existem fatos morais que tornam verdadeiros enunciados morais, e que esses fatos poderiam ser conhecidos através de uma certa intuição, não teve muito sucesso. Por causa do sucesso do naturalismo que não reconhece nenhum fato moral ou normativo. Para o naturalismo, a moral se reduz a expressão das preferências ou das emoções, e os enunciados morais não têm nenhum conteúdo cognitivo. O único filósofo que eu conheço e que defende ainda o platonismo na ética se chama Charles Larmore¹². Para ele existe um conhecimento moral, e também há fatos morais. Sua principal estratégia para defender o cognitivismo moral é atacar o naturalismo, mostrando que essa postura filosófica *não se auto-sustenta*. O naturalista, com efeito, não pode dizer: “A ciência da natureza teve tantos sucessos, vocês *devem* acreditar nela, no seu futuro e no programa de naturalização”. Ele não pode dizer isso porque seu argumento consiste em invocar uma verdade normativa acerca do que nós *devemos acreditar*, e fazer isso é fazer uma concessão ao platonismo,

¹¹ Ver I. Lakatos, “Falsificationism and the Methodology of Scientific Research Programs”, in Imre Lakatos, *Philosophical Papers*, J. Worrall e G. Currie (Orgs.), Cambridge, C.U.P., 1978.

¹² C. Larmore, *Moral Knowledge*, *Cahiers d'épistémologie*, Université du Québec à Montréal, no. 9305.

reconhecer que há verdades normativas e que o mundo deve ser concebido de maneira a acomodar fatos normativos que o naturalismo não pode admitir.